

LIVRO DE LEIS

LEI Nº 2.449, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1999.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O ESTADO DE SÃO PAULO, OBJETIVANDO EXECUÇÃO DE AÇÕES INTEGRADAS DO PROGRAMA SEGURO-DESEMPREGO.

ALOISIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Lorena, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

F A Z S A B E R, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Estado de São Paulo, nos termos da inclusa Minuta, objetivando estabelecer cooperação técnica, para execução de ações integradas do Programa Seguro-Desemprego, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego-SINE-São Paulo, integradas às políticas de geração de emprego e renda definidas pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo a implantação e manutenção do Posto de Atendimento ao Trabalhador no Município de Lorena.

**Parágrafo Único** - O convênio referido no caput deste artigo destina-se especificamente a implantar e consolidar o Sistema Público de Emprego no Município, assegurando aos trabalhadores o acesso a direitos constitucionais e legais, bem como oportunidades de trabalho e renda, atendendo as diretrizes e orientações do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador-CODEFAT e do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE.

**Artigo 2º** - No convênio autorizado pela presente Lei, figurarão, na qualidade de intervenientes, a Comissão Estadual do Emprego e a Comissão Municipal do Emprego.




LIVRO DE LEIS

(CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 2.449/99).


Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente, dotação suficiente para arcar com as despesas decorrentes da execução desta Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

P.M. de Lorena, 29 de novembro de 1999.

  
ALOISIO VIEIRA  
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio da SubSecretaria de Legislação da Procuradoria do Município e publicada no Paço Municipal.

  
MARIA ANTONIA PEREIRA  
Secretário Adjunto de Legislação

MINUTA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - SERT/PREFEITURA 026  
OU Entidade

*A. Di...  
24/8/99*

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO ESTADUAL DO SINE - SÃO PAULO E A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE..... SENDO INTERVENIENTES A COMISSÃO ESTADUAL DE EMPREGO E A COMISSÃO MUNICIPAL DE EMPREGO DE..... OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES INTEGRADAS DO PROGRAMA SEGURO-DESEMPREGO, NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE/São Paulo.

Aos \_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de um mil novecentos e noventa e nove de um lado o Estado de São Paulo, através da SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO, com sede à Avenida Angélica 2582, nesta Capital, neste ato representada por seu titular, WALTER BARELLI, doravante denominada SERT, por intermédio da COORDENAÇÃO ESTADUAL DO SINE/São Paulo com sede à Avenida Angélica, 2582, nesta Capital, neste ato representada por seu coordenador LUIS ANTONIO PAULINO, doravante denominada GESTOR e, de outro lado a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE....., com sede à ....., neste ato representada por seu Prefeito ....., doravante denominada MUNICÍPIO, e na condição de intervenientes a COMISSÃO ESTADUAL DE EMPREGO, com sede na Avenida Angélica, 2582, nesta Capital, neste ato representada por seu Presidente ....., doravante denominada CETE, e a COMISSÃO MUNICIPAL DE EMPREGO DE....., com sede na ....., neste ato representada por seu Presidente ....., doravante denominada COMEMPREGO, resolvem, celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, na forma das cláusulas e condições que se seguem.

### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente TERMO tem por objetivo o estabelecimento DE COOPERAÇÃO TÉCNICA mútua para execução do PROGRAMA DO SEGURO-DESEMPREGO, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE - São Paulo, integrada às políticas de geração de emprego e renda definidas pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo a implantação e manutenção do Posto de Atendimento ao Trabalhador no Município de .....

### CLÁUSULA SEGUNDA DA FINALIDADE

Implantar e consolidar o Sistema Público de Emprego no Município que assegure aos trabalhadores o acesso a direitos constitucionais e legais bem como oportunidades de trabalho e renda, atendendo as diretrizes e orientações do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT e do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

## CLÁUSULA TERCEIRA DO PLANO DE TRABALHO

027

O detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução com os respectivos cronogramas, devidamente justificados, nos termos em que a SERT regulamentará a sua elaboração, constará do Plano de Trabalho para o exercício de ....., a ser aprovado pelo **GESTOR**, que passa a fazer parte integrante deste Termo, independentemente de transcrição.

- 3.1 o Plano de Trabalho deverá objetivar a execução de ações relativas aos Programas do Seguro-Desemprego, Intermediação de Mão de Obra, Qualificação e Requalificação Profissional e suporte técnico e administrativo às atividades do PROGER e demais serviços de apoio ao trabalhador;
- 3.2 o detalhamento a que se refere esta Cláusula, em relação aos demais exercícios abrangidos pela vigência deste Termo, deverá ser objeto de Plano de Trabalho específico, nos termos em que a SERT regulamentará a sua elaboração;
- 3.3 o Plano de Trabalho poderá ser ajustado de comum acordo entre as partes, por meio de simples registro por apostila, mediante parecer técnico das áreas competentes do **GESTOR**, com aprovação de seu Coordenador.

## CLÁUSULA QUARTA DAS COMPETÊNCIAS

São competências :

### 4.1 da SERT - :

- 4.1.1 manter a supervisão, o acompanhamento, o controle e a avaliação da execução do Plano de Trabalho, parte integrante deste TERMO, inclusive no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados que será exercida pelo Centro Regional de.....;
- 4.1.2 prestar ao **MUNICÍPIO** a assessoria técnica necessária à boa execução dos programas;
- 4.1.3 elaborar normas e procedimentos operacionais destinados à perfeita execução deste TERMO;
- 4.1.4 treinar o pessoal que irá executar as atividades relacionadas com o objeto deste instrumento, assim como dar toda assistência e orientação necessária;
- 4.1.5 indicar o gerente do Posto de Atendimento ao Trabalhador;
- 4.1.6 fornecer móveis e equipamentos previstos no plano de trabalho e necessários à operacionalização dos serviços, mobiliário este que fará parte do patrimônio do MTE;
- 4.1.7 fornecer material de expediente: impressos específico do SINE - São Paulo e demais materiais de consumo para a viabilização na implantação e execução dos programas;
- 4.1.8 proceder ao tombamento e a incorporação ao patrimônio do MTE dos bens transferidos;
- 4.1.9 encaminhar dados e informações sobre o mercado de trabalho da localidade;
- 4.1.10 avaliar a execução do TERMO, objetivando a decisão de aprovar o redirecionamento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, por solicitação do **MUNICÍPIO**;

- 4.2.1 ceder e manter um imóvel, de fácil acesso ao público, para a instalação do Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) situado na Rua ....., com dimensões e qualidades compatíveis com o atendimento previsto no Plano de Trabalho;
- 4.2.2 garantir a segurança do imóvel e dos bens patrimoniais, a limpeza e conservação do PAT;
- 4.2.3 responsabilizar-se integralmente pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário, depois de prévia análise e concordância do GESTOR, para o efetivo exercício nas atividades inerentes ao PAT, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, submetendo-se às normas que regulam a contratação de pessoal pela PREFEITURA;
- 4.2.4 garantir a manutenção da equipe técnica, em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades, conforme lista nominal constante das especificações descritas no Plano de Trabalho, pessoal compatível com tais especificações, de forma a dar plenas condições de realização e de obtenção do objeto pactuado;
- 4.2.5 proceder ao atendimento dos trabalhadores, com vistas à habilitação para recebimento do Seguro-Desemprego;
- 4.2.6 promover as medidas necessárias à intermediação de mão-de-obra, visando a pronta recolocação do trabalhador no mercado de trabalho;
- 4.2.7 selecionar, orientar, encaminhar os trabalhadores para qualificação profissional, bem como acompanhar a realização dos cursos no município;
- 4.2.8 propiciar o suporte técnico - administrativo às atividades do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER;
- 4.2.9 promover as ações necessárias ao cumprimento do disposto no art. 5º da Resolução do CODEFAT nº 80, de 19 de abril de 1995;
- 4.2.10 executar, conforme aprovado pelo GESTOR, o Plano de Trabalho e seus Anexos, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência em suas atividades;
- 4.2.11 manter estrutura operacional própria para as atividades do PAT, administrada diretamente pelo Gerente, como forma de assegurar o desenvolvimento integrado de suas ações;
- 4.2.12 manter a totalidade do acervo patrimonial recebido nas dependências do PAT, sendo vedado quaisquer tipos de remanejamento ou alienações, sob pena de seu recolhimento pela SERT;
- 4.2.13 encaminhar ao Centro Regional os relatórios indispensáveis ao acompanhamento, ao controle e à avaliação das ações previstas no Plano de Trabalho;
- 4.2.14 cumprir as normas técnicas e diretrizes operacionais expedidas pela SERT, visando assegurar a uniformização das atividades do Sistema;

da CETE e da COMEMPREGO - :

- 4.3.1 formular diretrizes específicas sobre a atuação do Sistema Público de Emprego, em consonância com aquelas definidas pelo Ministério do

Trabalho e Emprego e pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

4.3.2 acompanhar e avaliar o impacto social e o atingimento das metas propostas no Plano de Trabalho, sempre que julgar conveniente;

4.3.3 desempenhar o disposto no art. 5º da Resolução do CODEFAT nº 80 , de 19 de abril de 1995 e a alteração da alínea "s" disposta na Resolução Nº 114 de 1º de agosto de 1996.

#### **CLÁUSULA QUINTA DA COORDENAÇÃO**

As partes nomearão seus representantes responsáveis pelo estabelecimento da relação inter-institucional, no decorrer da execução do presente Termo de Cooperação Técnica.

#### **CLÁUSULA SEXTA DOS BENS PATRIMONIAIS**

E' vedado quaisquer tipos de remanejamento ou alienações dos bens do acervo patrimonial do MTE e da SERT recebidos nas dependências do PAT, sob pena de seu recolhimento pela SERT.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇÃO**

Fica a SERT investida da autoridade normatizadora e competente para definir as diretrizes dos Programas , cabendo - lhe ainda as atribuições de coordenação , acompanhamento , fiscalização e avaliação das ações constantes nos Planos de Trabalho. Para o efetivo acompanhamento , controle e avaliação da execução dos Planos de Trabalho , o PAT obriga - se a encaminhar , oficialmente , a SERT os seguintes documentos:

- a) relatórios mensais do acompanhamento da intermediação formal, do movimento do Seguro-Desemprego e do programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER, até o dia 05 do mês subsequente ao vencido;
- b) relação dos colocados, por mês, no trimestre imediatamente anterior, com respectivos nomes e números do PIS/PASEP, indicando o Município, nome e CGC da empresa contratante;
- c) relação semestral dos funcionários do PAT, contendo nome, cargo/função, área de atuação e remuneração.

#### **CLÁUSULA OITAVA DA DIVULGAÇÃO**

Em qualquer ação promocional, em função do presente pacto, deverão ser destacadas as participações do Governo do Estado de São Paulo através da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Prefeitura Municipal.

#### **CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Cooperação Técnica terá validade por 05 ( cinco ) anos e vigirá a partir da data de sua assinatura.

## CLÁUSULA DÉCIMA DA PRERROGATIVA

030

Fica estipulada a prerrogativa do Estado, por intermédio da SERT, de conservar em qualquer hipótese, a autoridade normativa, bem como a faculdade de assumir a execução no caso de paralisação, para evitar a descontinuidade do serviço prestado ao público.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA DENÚNCIA

A parte que desejar denunciar este Termo de Cooperação, manifestará sua intenção à outra, com a antecedência de no mínim.o 60 ( sessenta) dias.

E por estarem assim acordadas, as partes firmam o presente em 4 ( quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas, escolhendo desde já o foro de São Paulo para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Walter Barelli  
Secretário do Emprego  
e Relações do Trabalho

Prefeito Municipal

Luis Antonio Paulino  
Coordenador do SINE-SP

Presidente da Comissão  
Estadual de Emprego

Presidente da Comissão  
Municipal de Emprego

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA